



ARQUITETURA E EVOLUÇÃO URBANA NO SERTÃO NORDESTINO: ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS-RN

FERREIRA, ANNA C. A. (1); FERREIRA, TONY A. S. (2); SOUZA, JULIANA DE C. (3); SENA, LEANE L. DE. (4)

1. UFERSA. DCSAH

anna.ferreira@ufersa.edu.br

2. UFERSA. DCSAH

tony.ferreira@alunos.ufersa.edu.br

3. UFERSA. DCSAH

juliana.souza@alunos.ufersa.edu.br

4. UFC. DAUD

leaneleandro@gmail.com

RESUMO

Este estudo diz respeito a uma pesquisa acerca da história da arquitetura do município de Pau dos Ferros/RN, seus aspectos socioculturais e sua importância na construção do espaço urbano. O estudo vem sendo realizado pelo Projeto de Pesquisa Memória do Sertão, da UFERSA, tendo como objetivo compreender o papel da arquitetura na evolução da cidade, através do inventário das edificações com valor histórico, suas características estilísticas e tipológicas. O município está localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte. Suas primeiras ocupações datam de 1717, tornando-se cidade em 1924. Seu conjunto edilício possui exemplares que remetem ao início do século XX, dos quais apenas cinco bens são tombados. Deste modo, muitas edificações foram descaracterizadas, ou até mesmo demolidas, trazendo à tona a necessidade de ações e debates que proporcionem a proteção desses bens. A metodologia empregada na pesquisa se baseia em pesquisas bibliográficas, documentais, de textos e imagens históricas, além de levantamentos *in loco*, com fotografias, elaboração de croquis, entrevistas, e a identificação das características e dos estilos predominantes. É perceptível a carência de políticas públicas de preservação e de educação patrimonial, e do incentivo à participação ativa da população, no que concerne a conservação dos exemplares arquitetônicos e do espaço urbano. Também é importante salientar a relevância que essas edificações possuem para a construção de uma memória e um sentimento de pertencimento da população para com a cidade, e a importância da documentação desses bens, enquanto testemunhos da memória coletiva local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Inventário; Pau dos Ferros.

Abstract

This study concerns a research about the history of architecture in the municipality of Pau dos Ferros/RN, your social aspects and its importance in the construction of urban space. The study has been carried out by UFERSA's Memory of the Sertão Research Project, with the objective of understanding the role of architecture in the evolution of the city, through an inventory of buildings with historical value, their stylistic and typological characteristics. The municipality is located in the interior of the state of Rio Grande do Norte. Its first occupations date from 1717, becoming a city in 1924. Its building complex has examples that date back to the beginning of the 20th century, of which only five buildings are listed. In this way, many buildings were mischaracterized, or even demolished, bringing to light the need for actions and debates that provide the protection of these assets. The methodology

employed in the research is based on bibliographical and documentary research, historical texts and images, as well as on-site surveys, with photographs, drawing up sketches, interviews, and the identification of the predominant characteristics and styles. There is a perceptible lack of public policies for preservation and heritage education, and for encouraging the active participation of the population, with regard to the conservation of architectural specimens and urban space. It is also important to emphasize the importance that these buildings have for building a memory and a sense of belonging of the population to the city, and the importance of documenting these assets, as testimonies of the local collective memory.

Keywords: *Cultural Heritage; Memory; Inventory; Pau dos Ferros.*

INTRODUÇÃO

A arquitetura e o urbanismo podem ser compreendidos como a expressão material da história e da cultura de um território. Quando observada a região Nordeste do Brasil, é possível identificar uma abundância de cores, formas e materiais utilizados, provenientes muitas vezes de aspectos externos, mas sobretudo de um modo tradicional de construir, das condições locais e de uma grande diversidade cultural. O estudo e a pesquisa sobre o patrimônio histórico edificado auxilia no processo de entendimento de formação dos núcleos urbanos. No entanto, o tema ainda é pouco desenvolvido quando se trata das pequenas cidades do sertão nordestino. Aliado a isso, com o crescimento dos municípios e constante modificação das edificações há grande perda patrimonial sem que haja um registro, histórico e cultural, de suas características e influências.

Ao fazer uma analogia entre cidade e escrita, Raquel Ronik (1988) aborda o desenho urbano e de suas edificações como evidências tanto da experiência de quem os construiu como do seu mundo, podendo serem lidas e decifradas (ROLNIK, 1988, p. 18). Entretanto, as dinâmicas e o modo de viver da população nem sempre são acometidas da preservação dos seus bens culturais e de sua continuidade, podendo lhes atribuir novos significados. Por conta disso, é fundamental que haja, ações de documentação do patrimônio construído, para que seja possível uma permanência histórica do bem edificado, a disseminação da informação para as pessoas, e facilitação do processo de conservação e restauro, quando assim é possível.

Nesse contexto, se insere a pesquisa “Memória do Sertão”, realizada pelo Grupo de Pesquisa Cidade, História e Memória, vinculado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Seu objetivo é conhecer e catalogar os principais exemplares arquitetônicos do sertão nordestino, com o propósito de documentar esse patrimônio edificado, e gerar um acervo inventariado que possa auxiliar em pesquisas escolares, acadêmicas e na divulgação para a população. Sua primeira fase está sendo realizada na cidade de Pau dos Ferros/RN, onde se situa o Campus da UFERSA.

Pau dos Ferros é um município do interior do estado do Rio Grande do Norte; localizado na mesorregião do Alto-Oeste Potiguar, a 392 km da capital, Natal. A princípio a área era habitada por povos indígenas, principalmente da nação “Tapuia” (Tarairiú), e só no final do século XVII e início do século XVIII, com o processo de interiorização do nordeste brasileiro através da pecuária, que a região a qual

atualmente compreende o município foi ocupada por sesmeiros, bandeirantes, vaqueiros, dentre outros (AQUINO, 2018, p. 315). Recebeu essa denominação devido a uma árvore que chamava atenção, próxima a uma lagoa, na qual os viajantes e vaqueiros paravam para descansar e negociar o gado; carimbavam-na com os ferros em brasa ou desenhavam com pontas de faca as marcas das fazendas e propriedades (AQUINO, 2018, p. 315). Por conta disso, recebeu o topônimo de Pau dos Ferros. Há uma conjectura de que a espécie era uma oiticica.

O território, mesmo possuindo donatários desde o ano de 1717, era integrado ao Município de Portalegre/RN até setembro de 1856, quando foi elevado à categoria de vila, após diversas tentativas emancipatórias dos habitantes locais. Cerca de 68 anos depois, em dezembro de 1924, por meio da Lei Estadual nº 593, Pau dos Ferros se tornou cidade (AQUINO, 2018, p. 318). Seu desenvolvimento está atrelado a construção da Igreja (BARBOSA; SAMPAIO; FERREIRA, 2017), essencialmente com a criação da freguesia de “Nossa Senhora da Conceição”, após desmembramento da freguesia de São João Batista, de Assú/RN, e elevação da capela (construída na fazenda de Francisco Marçal) à categoria de matriz em 1756. De acordo com Lima (1956), seu traçado urbano não foi previamente planejado, e a construção das primeiras ruas foram realizadas nas proximidades da igreja.

Apesar da origem do município estar atrelada a agropecuária e a instituições religiosas, atualmente é considerado polo da mesorregião do Alto Oeste por conta do setor terciário, que impulsionou o seu crescimento (OLIMPIO et al., 2019). A cidade possui três importantes instituições públicas de ensino superior; a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); além de instituições particulares. Dados esses aspectos, a expansão urbana recente atrelada a ausência de uma efetivação do já iniciado Plano Diretor, muitos dos exemplares arquitetônicos foram descaracterizados ou até mesmo demolidos, alguns dos quais não foi possível a realização de uma documentação.

Dessa forma, este artigo tem como finalidade apresentar a pesquisa realizada em Pau dos Ferros pelo Projeto de Pesquisa Memória do Sertão. Com as etapas desenvolvidas foi possível catalogar edificações de valor histórico, seus materiais, método construtivo, características arquitetônicas, dentre outros. Para esse trabalho foram selecionadas algumas das principais edificações levantadas, além de

exemplares que sofreram descaracterizações ou perdas patrimoniais, ressaltando a importância da documentação e relatando as atividades desenvolvidas no âmbito da universidade e do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFERSA.

IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo Lemos (2000, p. 8-10), ao parafrasear o professor francês Hugues de Varine-Boham, o Patrimônio Cultural é dividido em três categorias. A primeira consiste nos elementos pertencentes à natureza, e a segunda diz respeito às técnicas e o conhecimento; quanto a terceira, corresponde aos bens culturais e os artefatos, que são os resultados obtidos a partir da junção das duas primeiras. Com relação ao Art. 216º da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, que são portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Nestes últimos se inserem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico.

A Lei brasileira de preservação do patrimônio histórico e cultural, o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro 1937, estabelece que “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937, p. 1).

Como um dos instrumentos da preservação e registro desse patrimônio histórico nacional, é fundamental a prática da documentação. O termo remete ao conjunto de documentos, assim como as ações de coleta, processamento e disseminação de informações. Assim, possibilita a permanência dessas informações por diferentes contextos históricos e representa ideias e objetos que informam algo (PEREIRA FILHO, 2015). No que diz respeito a Constituição de 1988, apresenta no artigo 216, inciso IV, parágrafo 2º, que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a consulta a quantos dela necessitarem”. De acordo com Pereira Filho, a produção desses arquivos é importante para auxiliar nas tomadas de decisões e para a comprovação de direitos e deveres, assim como lugares de memória.

A partir da documentação das informações sobre o patrimônio cultural de um município é possível compreender como ocorreu o seu crescimento, entender sua história e possibilitar aos moradores o reconhecimento do seu passado. Quando se

direciona essa documentação para o patrimônio edificado através de fotografias, depoimentos, documentos e relatos constrói-se assim um registro desse, sendo possível a leitura de sua evolução arquitetônica e suas transformações. Assim, ao documentar um edifício podemos conhecê-lo mesmo quando descaracterizado, ou mesmo se já tiver sido demolido, conservando-o na memória coletiva e individual e na reinterpretção sobre novos olhares históricos.

A PESQUISA MEMÓRIA DO SERTÃO

O Memória do Sertão é um Projeto de Pesquisa, realizado com recursos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) da UFERSA, e tem como membros alunos e professores do curso de arquitetura e urbanismo, além de membros da comunidade. O projeto foi criado em 2018, em um contexto de exiguidade acerca de estudos e registros das edificações de valor histórico nas pequenas cidades do sertão nordestino.

A partir dessa lacuna de conhecimento no que se refere a arquitetura vernacular e popular produzida nesses territórios, em contraponto às capitais e polos urbanos, a pesquisa objetiva compreender o papel da arquitetura na evolução desses municípios e nos seus aspectos socioculturais. O foco volta-se para as regiões mais áridas, na busca de conhecer os materiais aplicados nas construções das edificações, os modos construtivos empregados, as características predominantes, o período que foram construídas, os usos e influências locais. Além disso, há a verificação da importância histórica dos edifícios, e investigação quanto à proteção dos bens pelos órgãos de preservação ou governo local.

O intuito final da pesquisa é elaborar um conteúdo digital com todas as informações e materiais obtidos e produzidos, para que contribua nas pesquisas futuras, voltadas desde o ensino primário ao acadêmico. É interessante salientar que o conhecimento acerca da evolução arquitetônica e urbanística desses municípios auxilia, também, no entendimento da formação das cidades do Nordeste.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A princípio foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do município de Pau dos Ferros. Com isso, foi efetuada uma seleção de autores com publicações sobre o tema. Dos quais, alguns deles são Teixeira (2018); Ferreira e Sampaio (2016); Santos e Alves (2015); Santos, Clementino e França (2015); Praxedes e Bezerra

(2012); Holanda (2006 e 2011); Rocha, Paiva e Bezerra (1972); assim como Francisca Aquino (2018) que apresenta escritos próprios aliados aos de demais autores. Além disso, a pesquisa também foi subsidiada por referências quanto à história da arquitetura, como os autores Correia (2002); Benévolo (1996); Reis Filho (1978) e Carvalho (1964), dentre outros.

A partir da pesquisa bibliográfica, e de uma análise inicial da cidade, foram selecionados os imóveis para a execução do estudo. Para isso foram considerados alguns elementos, como a relevância histórica, as características arquitetônicas, os usos da edificação, seu aspecto físico e o risco quanto ao desaparecimento. Logo em seguida foi feita uma coleta de documentos relacionados a história da cidade e dos edifícios, assim como de fotos e textos que auxiliem no conhecimento da história local. Além disso, foram levantados dados do IBGE, principalmente no que diz respeito a população; e informações com os órgãos públicos e privados do município, como a Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Câmara dos Vereadores, acervos pessoais de historiadores locais, dentre outros. Pode-se citar ainda a secretaria da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, e o Patronato Alfredo Fernandes.

Quanto à visita técnica em campo, etapa posterior, foi dividida em três grupos: arquitetura religiosa, arquitetura institucional e arquitetura residencial. Para o levantamento, as equipes responsáveis utilizaram fichas estruturadas, inspiradas nas do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU. Elas integram questionamentos acerca dos dados sobre o lote, a parte externa e interna do edifício e seus elementos, os usos – anteriores e atuais, informações dos proprietários e ocupantes, e fatos históricos relacionados ao edifício e ao município. Ademais, foram realizados levantamentos fotográficos e elaboração de desenhos e croquis a mão livre, e, quando possível, entrevistas com os ocupantes sobre o bem edificado.

Para a sistematização dos dados obtidos e gerados foi utilizado um modelo elaborado de ficha, na qual detém elementos como as características arquitetônicas do edifício, fotos antigas coletadas e as atuais, além de um texto sucinto com as informações sobre o imóvel. Esse material servirá para abastecer futuramente o site “Memória do Sertão”, que contará também com outros artifícios de pesquisa.

O MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Localizada no extremo oeste do Rio Grande do Norte, próximo às divisas com o Ceará e a Paraíba, Pau dos Ferros surgiu dentro do contexto de estruturação das primeiras aglomerações criadas no século XVIII (TEIXEIRA, 2009) e teve o seu desbravamento ligado diretamente ao ciclo do gado, como aponta Cascudo (1968). A região foi descoberta, ao fim do século XVII, por bandeirantes vindos da Bahia e Pernambuco, que penetraram o interior da capitania do Rio Grande pelas ribeiras dos rios Piranhas e Apodi (LIMA, 1956). Seu topônimo remonta ao início do seu povoamento quando, em uma frondosa oiticica, os vaqueiros que passavam deixavam gravados os ferros e sinais usados na marcação de seus animais (SAMPAIO e FERREIRA, 2016). Foi no entorno dessa árvore, onde hoje existe um obelisco localizado na Praça da Matriz, que se desenvolveram os principais edifícios institucionais, de comércio e serviços do município.

De conhecimento geral pela historiografia local e pela população de Pau dos Ferros, a atuação da Igreja Católica foi elemento fundamental para a conformação e transformação urbana da cidade. De acordo com Teixeira (2017) em 1811, havia no RN 4 igrejas matrizes, situadas nas povoações de Goianinha, Apodi, Martins e Pau dos Ferros, o que já demonstra a importância do povoado para a região. Ainda segundo o autor, em 1868 a população do RN foi estimada em 240.000 habitantes, distribuídas em quatro cidades (Natal, São José de Mipibu, Assu e Imperatriz - que se chamava vila de Maioridade e é a atual cidade de Martins), e 18 vilas (São Gonçalo, Ceará- Mirim, Touros, Goianinha, Papari, Canguaretama, São Bento que atualmente se chama Nova Cruz, Santana do Matos, Angicos, Macau, Campo Grande, Príncipe, Jardim, Acari, Mossoró, Apodi, Portalegre e Pau dos Ferros) (TEIXEIRA, 2017).

Após um longo itinerário de lutas e reivindicações políticas e religiosas, cujo período durou um século inteiro (1756-1856), em julho de 1841 os paufferrenses fizeram uma representação à Assembleia Provincial, assinada por 492 pessoas, solicitando, pela primeira vez, a criação do município de Pau dos Ferros – recusada pela assembleia legislativa em 4 de novembro de 1841. Somente em 4 de setembro de 1856, após a solicitação do então Deputado Benvenuto Vicente Fialho – em agosto do mesmo ano, na sessão da Assembleia Legislativa Provincial – é que o presidente da província, Dr. Antônio Bernardo Passos sancionou a lei nº 344, elevando à categoria de vila a

povoação de Pau dos Ferros, determinando os limites do novo município (BARRETO, 1987).

Por atuar como centro comercial, de serviços e financeiros da região onde se encontra - o Alto Oeste Potiguar - recebeu status de “Polo Territorial” da região, acolhendo, frequentemente, uma grande quantidade de visitantes das cidades vizinhas (BRASIL, 2010). Apesar de contar com uma população pequena¹, se comparada com as cidades classificadas como médias no Brasil, Pau dos Ferros vem desempenhando na rede urbana do Rio Grande do Norte, e mesmo do Nordeste, uma importante função de intermediação na oferta dos serviços de educação superior e saúde, e de empregos, sobretudo no comércio e nos serviços públicos, o que a classifica, por alguns pesquisadores, como “cidade intermediária” (DANTAS; CLEMENTINO e FRANÇA, 2015).

A expansão vertical vem causando transformações urbanas e uma rápida mudança no acervo edilício da área de Pau dos Ferros, fazendo com que muitos imóveis modestos, que antes abrigavam pequenos comércios ou residências, deem lugar a edifícios verticalizados, de moradia e serviços, que buscam suprir a necessidade de espaço buscada pelas novas empresas e novos moradores. Assim, o conhecimento sobre o que ainda resta da arquitetura ancestral da cidade se mostra uma urgência, tendo em vista que esta caminha para se consolidar como um polo regional de médio porte, o que deve gerar ainda mais mudanças em suas tipologias construtivas.

LEVANTAMENTOS REALIZADOS

Com relação às atividades exercidas foi possível elaborar e concluir 18 fichas das edificações na cidade, quanto às demais, estão em etapa de levantamento. A partir desses resultados, serão apresentadas a seguir algumas das principais: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Mercado Público Municipal, e uma residência na Av. Getúlio Vargas, uma das mais importantes do município.

A primeira construção do templo religioso data de 1738, quando foi edificado uma capela, na fazenda de Francisco Marçal (AQUINO, 2018). Em 1756 foi elevada à categoria de Matriz, juntamente com a criação da freguesia de “Nossa Senhora da

¹De 27.745 habitantes segundo o IBGE (2010), com 92% vivendo na zona urbana (estimativa de pouco mais de 30 mil habitantes em 2016, segundo informações da Prefeitura Municipal).

Conceição”². A construção da base da edificação que consiste na atual foi iniciada no início do séc. XIX, em pedra, evidenciando a participação de mão de obra escrava (DANTAS, 1956, p. 56, apud AQUINO, 2018, p. 319). Considerando que o crescimento populacional se deu a partir da criação da freguesia, vale salientar que o desenvolvimento do município está atrelado a função religiosa e a construção da igreja (BARBOSA; SAMPAIO; FERREIRA, 2017).

Desde a sua edificação diversas modificações foram realizadas (Figura 01), tanto no seu interior quanto no exterior. O altar-mor original possuía características do estilo barroco brasileiro, sendo demolido em 1969 por conta de um erro de interpretação nos documentos do Concílio Vaticano II. Foi substituído por uma parede em formato de meia lua, com um crucifixo ao meio e nas laterais as imagens da padroeira e de São José. Em 1999 foi novamente demolido, dando lugar a uma nova forma. Com as reformas realizadas em 2012, concluídas três anos depois, o altar foi refeito, sendo o mesmo até os dias atuais. Sua configuração atual possui ícones litúrgicos com a representação do “Pantocrator” ao centro.

Quanto à parte externa, sua fachada principal originalmente possuía características do estilo barroco “chã”. A primeira torre foi erguida em 1960, à direita da edificação; quanto a segunda foi construída durante as reformas ocorridas entre 2012 e 2015, que apresentaram como principal fator problemas estruturais, e acarretaram também na modificação do revestimento e elementos arquitetônicos na fachada principal. A igreja conta ainda com dois jardins laterais, construídos em 1939, nos quais estão sepultados o monsenhor Manoel Caminha Freire de Andrade e a irmã Ana Maria Rafael, do lado direito e do lado esquerdo, respectivamente.

Outro bem de grande relevância para a cidade é o Mercado Público Municipal Antônio Soares de Holanda (Figura 02). Foi construído em 1868, como representação de uma modernização do comércio, que mesmo pequeno já possuía grande relevância para a região do Alto Oeste (AQUINO, 2018). Os principais argumentos para a construção foram a necessidade de controle sobre os preços das mercadorias e maior arrecadação de impostos. A edificação funcionava à noite como um clube de tertúlias, pequena reunião de moradores.

²Sempre, no sistema de povoamento brasileiro, e até ibero-americano, a freguesia antecipa o Município e é o primeiro sinal de valimento demográfico e da fixação de interesses humanos a defender regularmente no plano sagrado (CASCUDO, 1956).

No grande vão do mercado funcionava a feira livre, que posteriormente foi realocada, resultando em um abandono temporário do espaço. Entretanto, por volta de 2014 foi constituída uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Ministério das Cidades para realização de obras de melhorias no imóvel, com reforma interna, modernização da fachada, ampliação das calçadas e de um pátio para barracas (OLIMPIO et al. 2019).

Figura 01: Modificações no altar e na fachada principal da Igreja da Matriz



Fontes: Blog Cultura Pauferrense (2014) e Acervo do Memória do Sertão (2019).

A proposta inicial consistia em uma descaracterização total da edificação e uma desconexão com o contexto local. As modificações foram impedidas pela Caixa Econômica Federal, instituição responsável pelo repasse da verba para as obras, alegando o valor histórico do Mercado.

Com a nova proposta algumas características foram mantidas, porém tiveram várias mudanças. Como é o caso da diminuição de aberturas, cores da fachada, telhado em metal (anteriormente era de telha colonial) e uma estrutura em metal na lateral, formando um pátio coberto. Além disso, toda a parte interna foi demolida, dando lugar a um grande vão interno com uma galeria de lojas nos limites da edificação. Atualmente o bem é um dos cinco protegidos pela Lei municipal n. 1509/2015, que

estabelece normas para preservação e conservação das estruturas e semblantes culturais, históricos e arquitetônicos, de prédios e monumentos de Pau dos Ferros/RN.

Figura 02: Fachada antiga e atual do Mercado (esquerda) e residência n° 1392.



Fontes: Prof. Iratan, Acervo do Memória do Sertão (2020); Acervo do Memória do Sertão (2018).

Localizada na Av. Getúlio Vargas, no centro da cidade, a residência de n° 1392 apresenta características arquitetônicas que remetem à arquitetura Art Déco, especialmente devido a utilização de linhas mais retilíneas em sua fachada (Figura 02). Possuindo um lote do tipo gaveta, seu fechamento é realizado com argamassa e concreto aparente, além da utilização de uma varanda em balaustrada em sua lateral direita. A cobertura da residência é de telha colonial vermelha. Os materiais utilizados para o coroamento da fachada são o gesso e a argamassa e suas esquadrias são de madeira, alumínio e vidro. A edificação possui apenas um pavimento com 5 metros de altura na fachada e três águas na cobertura do corpo principal, além de cumeeiras paralelas e perpendiculares à rua.

Em visita realizada de forma informal por alguns membros do grupo de pesquisa, a partir de uma conversa com o proprietário, foi possível identificar que, no interior da residência, as modificações foram bastante singelas - sendo realizada apenas a retirada de uma porta e fechamento da entrada de um quarto. A data de construção da edificação ainda é incerta, visto que o atual morador conseguiu informar apenas

que a mesma foi adquirida por seus pais que, desde o casamento, residiam no local - estimando que isso tenha ocorrido há, aproximadamente, mais de 50 anos.

PERDAS IDENTIFICADAS

Apesar de não configurar perda total da edificação, a residência que ficou conhecida como “Castelinho de Pau dos Ferros” (Figura 03) é um exemplo de descaracterização da fachada, oriunda, principalmente, pela desinformação da população local (mas não apenas local) sobre os instrumentos de tombamento e suas atribuições. Localizada na Praça da Matriz e construída em 1917, a edificação mantinha suas características arquitetônicas originais até meados de 2014.

Entretanto, a partir de comentários acerca de um possível tombamento através da legislação municipal, o proprietário, receoso de que perdesse a autonomia sobre sua edificação, optou por descaracterizá-la. Com isso, demoliu parte dos adereços da fachada, delegando à edificação uma estética comum, alegando, segundo ele, que preferia assim, pois poderia modificá-la sem que fosse impedido. Essa atitude evidenciou a ausência de conhecimento sobre Patrimônio Histórico por parte dos moradores e, conseqüentemente, da desinformação da população sobre questões relacionadas ao direito da propriedade, do valor econômico, e da liberdade de decisão.

Infelizmente este não foi um caso isolado e o acontecido é um problema sintomático no município que, dentre outros aspectos, comprova a necessidade iminente da educação patrimonial para a população local sobre a importância da preservação da memória coletiva da cidade.

Outrossim, há o exemplo da construção do Plaza Shopping (Figura 03), que foi inaugurado em janeiro de 2019. O estabelecimento está situado em frente à Praça Monsenhor Caminha, comumente denominada como Praça da Matriz. Nas proximidades estão quatro dos cinco bens tombados pela lei municipal supracitada, são eles o Obelisco; o Palácio Municipal Prefeito José Fernandes de Melo, sede da prefeitura; a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia (tombado também por lei estadual); e o Mercado, como já comentado.

O empreendimento do shopping, além de destoar do entorno em relação a suas características arquitetônicas, possui escala e gabarito que não respeitam a ambiência local. Além do mais, foram demolidas algumas edificações para a realização da construção. É importante salientar que uma delas possuía

características marcantes, que remetiam a arquitetura de estilo eclético, tendo sido interessante a conservação do bem.

Figura 03: Castelinho de Pau dos Ferros (cima) e Residência que deu lugar ao shopping (baixo)



Fontes: Prof. Iratan; Acervo do Memória do Sertão (2018).

Outro caso semelhante é o da residência nº 1369 (Figura 04), localizada na avenida Getúlio Vargas, que foi demolida em 2019 para a construção de um estabelecimento comercial. O levantamento dela foi feito de forma parcial, inviabilizando a coleta de muitas informações, além disso, quando foi realizado o imóvel já se encontrava desabitado e sem uso, o que facilitou seu desaparecimento. Atualmente funciona no local uma agência bancária, recentemente inaugurada.

A residência, que apresentava características do estilo arquitetônico Art Decó, foi possivelmente construída na década de 1940, de acordo com outras construções semelhantes da área. Quanto a seus materiais, era construída em alvenaria, com coroamento e fachada em gesso e argamassa; e telhado composto por telha colonial

vermelha. Já as esquadrias eram feitas de madeira com venezianas, e pintadas em tons parecidos com o da fachada.

Dentre as edificações citadas é possível relatar também a demolição do prédio da Rua Sete de Setembro, nº 128 (Figura 04). Situado nas proximidades da Praça da Matriz, foi utilizado inicialmente para o “Fomento Agrícola”, e posteriormente sediou a Receita Federal de Pau dos Ferros. O edifício com características que remetiam ao estilo arquitetônico Art Decó, estava desocupado e foi demolido no início do ano de 2021, dando espaço para a implantação de um estacionamento.

Figura 04: Residência nº 1369 (cima) e Antiga Receita Federal (baixo)



Fontes: Acervo do Memória do Sertão e Wikipédia (2019); Uiraúna.NET (2020) e Acervo do Memória do Sertão (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o início da pesquisa exposta neste trabalho, sobre o patrimônio cultural da cidade de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, foi possível constatar que a cidade, apesar da expansão urbana e do crescimento imobiliário desorganizado, ainda conta com exemplares arquitetônicos de significativo valor para historiografia local e urbana. No entanto, este tipo de edificação tem tido o seu valor quantitativo cada vez mais reduzido. O processo de descaracterização da área urbana de Pau dos Ferros

encontra-se em estágio de desenvolvimento avançado que, conseqüentemente, tem ocasionado o desaparecimento de diversas edificações históricas.

Ademais isso, e a partir dos levantamentos realizados pelo grupo de pesquisa, das entrevistas e conversas com moradores da região, além do contato estabelecido com órgãos públicos acerca do tema, ficou evidente que o município sofre de uma carência de políticas públicas de preservação e educação patrimonial, e da elaboração de instrumentos reguladores e participação ativa da população no que diz respeito ao reconhecimento e conservação dos exemplares arquitetônicos e do espaço urbano. É importante salientar a relevância que essas edificações possuem para a construção de uma memória e um sentimento de pertencimento da população para com a cidade, que tem crescido de forma desordenada, e a importância da documentação desses bens, enquanto testemunhos da memória coletiva local.

Dessa forma, e levando em consideração o que foi exposto, constata-se que o processo de inventário desse patrimônio arquitetônico é essencial para a manutenção de uma memória visual da cidade. A publicização desses resultados também é fundamental para que se possa conhecer um pouco a importância histórica desses edifícios e, dessa forma, fomentar o conhecimento da cultura e o fortalecimento da identidade urbana paufferrense.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Francisca Morais de. et al. Memórias... **Vivas Memórias**: Genealogia. Autobiografia. Pau dos Ferros/RN. Pau dos Ferros/RN: Queima-Bucho, 2018.

BARBOSA, Antônio Carlos Leite; SAMPAIO, Ana Lígia Pessoa; DE ARAÚJO FERREIRA, Angela Lúcia. ST 7 A Produção do Urbano pela Igreja Católica e a Secularização da Cidade de Pau dos Ferros-RN. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

BARRETO, José J. **Pau dos Ferros**: História, tradição e realidade. Natal: Clima, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CASCUDO, Luís da C. **Nomes da Terra**: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968. (Coleção Cultura)

DANTAS, Joseney R. de Q.; CLEMENTINO, Maria do L. M.; FRANÇA, Rosana S. de. A cidade média interiorizada: Pau dos Ferros no desenvolvimento regional. **Tecnologia e Sociedade**, vol. 11, núm. 23, julho-diciembre, 2015, pp. 129-148. Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, Brasil.

FERREIRA, Tereza Raquel França et al. Apontamentos e discussões acerca da preservação do patrimônio histórico e cultural de Pau Dos Ferros/RN sob a ótica do plano diretor participativo/Notes and discussions about the preservation of the historical and cultural heritage of Pau Dos Ferros/RN from the perspective of the participatory director plan. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 62842-62904, 2021.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 1. ed. São Paulo/SP: Editora Brasiliense. 2000. (Primeiros Passos)

LIMA, Manoel J. de. **Monografia histórico-corográfica de Pau dos Ferros**. Natal, 1956. (mimeografado)

OLIMPIO, Monique et al. **Memória em risco**: o processo de descaracterização do centro histórico de Pau dos Ferros/RN. In: ARQUISUR 2019, Belo Horizonte/MG. Anais... Belo Horizonte: Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/memoria-em-risco--o-processo-de-descaracterizacao-do-centro-historico-de-pau-dos-ferros-rn?lang=en>. Acesso em: 22 set. 2021.

PAU DOS FERROS. **Lei N° 1509/2015 de 21 de outubro de 2015**. Estabelece normas para preservação e conservação das estruturas e semblantes culturais, históricos e arquitetônicos, de prédios e monumentos de Pau dos Ferros/RN.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. 4. Ed. São Paulo/SP: Editora Brasiliense. 2012. (Primeiros Passos)

SAMPAIO, Ana L. P.; FERREIRA, Angela L. **Aspectos da religiosidade na constituição territorial de Pau dos Ferros/Brasil**. João Pessoa, 2016.

TEIXEIRA, Rubenilson B. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. In: **Confins**: Revista franco-brasileira de geografia. Dossiê Rio Grande do Norte, N° 32, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12355>. Acessado em 20 de abril de 2018.